



## **PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO**

### **ESTADO DO PARANÁ**

**PROJETO DE LEI****Nº 222/2025**

Institui o Fundo Municipal para Políticas Penais e o seu Conselho Gestor, no âmbito do Município de Campo Mourão, Estado do Paraná, e dá outras providências.

### **REGIME DE URGÊNCIA**

**AUTORIA:** – EXECUTIVO MUNICIPAL

**ENVIADO ÀS COMISSÕES:** (em destaque).

LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO;  
FINANÇAS E ORÇAMENTO;  
MÉRITOS TEMÁTICOS;  
SAÚDE, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA;  
REPRESENTATIVA.

Incluído no Expediente	Em	/	/
Incluído na Ordem do Dia	Em	/	/
Pedido de Vistas	Em	/	/
1ª Discussão e Votação	Em	/	/
2ª Discussão e Votação	Em	/	/
Aprovado em Redação Final	Em	/	/
Promulgada	Em	/	/
LEI Nº	Sancionada	Em	/
Publicada no Órgão Oficial	Nº	Em	/

## TRAMITAÇÃO

[illegible]



**PROJETO DE LEI Nº**  
**De 26 de novembro de 2025**

Institui o Fundo Municipal para Políticas Penais e o seu Conselho Gestor, no âmbito do Município de Campo Mourão, Estado do Paraná, e dá outras providências.

**O PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO**, Estado do Paraná, aprova e eu, Prefeito do Município, sanciono a seguinte,

**LEI:**

**Art. 1º** Fica instituído o Fundo Municipal para Políticas Penais no Município de Campo Mourão, Estado do Paraná, nos termos desta Lei.

**Art. 2º** Constituem recursos do Fundo Municipal para Políticas Penais:

**I** - Dotações orçamentárias ordinárias do Município;

**II** - Repasses realizados pelo Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, nos termos do artigo 3º-A, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 79/1994 e suas alterações;

**III** - Recursos resultantes de convênios, acordos e instrumentos congêneres com entidades públicas federais, estaduais, municipais e estrangeiras;

**IV** - Recursos resultantes de doações, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis, ou quaisquer outras transferências que o Fundo Municipal venha a receber de pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras;

**V** - Rendimentos de qualquer natureza, que o Fundo Municipal venha a auferir como remuneração decorrente de aplicações do seu patrimônio;

**VI** - Outras receitas, que poderão ser definidas na regulamentação do Fundo Municipal.

**Art. 3º** Os recursos do Fundo Municipal poderão ser aplicados em:

**I** - Políticas de alternativas penais;

**II** - Políticas de reinserção social de pessoas presas;

**III** - Políticas de desinstitucionalização de pessoas internadas em cumprimento de medida de segurança, visando sua reinserção social;





**IV** - Políticas de atenção às pessoas egressas do sistema prisional;

**V** - Políticas de controle e participação social do sistema de justiça criminal, notadamente os conselhos da comunidade e órgãos de prevenção e combate à tortura;

**VI** - Campanhas educativas;

**VII** - Aquisição de materiais para realizar serviços em prol da segurança pública;

**VIII** - Melhorias no sistema de segurança pública municipal.

**§ 1º** Os recursos vinculados aos programas referidos no inciso I do “caput” deste artigo se destinarão ao financiamento da estruturação e manutenção de serviços de acompanhamento de alternativas penais com enfoque restaurativo, a fim de constituir fluxos e metodologias para atendimento inicial junto à audiência de custódia, aplicação e execução das medidas, assim como de contribuir para sua efetividade e possibilitar a inclusão social dos cumpridores, a partir das especificidades de cada caso, considerando o disposto na Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 288/2019, em especial.

**§ 2º** Os recursos vinculados aos programas referidos no inciso II do “caput” deste artigo se destinarão a ações e projetos que fomentem a integração social de pessoas presas, promovendo a igualdade racial e de gênero, contemplando formação laboral, cursos profissionalizantes e a educação formal, entre outros, sendo vedada a utilização dos recursos para a construção, reforma, ampliação ou manutenção de unidades prisionais, aquisição de instrumentos de uso da força, como armamentos letais, menos letais e algemas, ou quaisquer outros equipamentos e materiais destinados aos órgãos previstos no artigo 9º da Lei Federal nº 13.675/2018 e suas alterações.

**§ 3º** Os recursos vinculados aos programas referidos no inciso III do “caput” deste artigo se destinarão ao financiamento a implantação, manutenção e qualificação de equipes multidisciplinares que atuem na desinstitucionalização de pessoas internadas, submetidas à medida de segurança, visando o cuidado comunitário contínuo e qualificado por meio de ações de atenção, tratamento, reabilitação e reinserção social, vedada a utilização dos recursos para a construção, reforma, ampliação ou manutenção de hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico (HCTP), hospitais psiquiátricos, clínicas, centros de tratamento, comunidades terapêuticas ou entidades correlatas.

**§ 4º** Os recursos vinculados aos programas referidos no inciso IV do “caput” deste artigo se destinarão a fomentar a implantação, manutenção e qualificação do Escritório Social, nos termos estabelecidos pela Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 307/2019.





**§ 5º** Os recursos vinculados aos programas referidos no inciso V do “caput” deste artigo se destinarão a fomentar o controle e a participação social por meio dos Conselhos da Comunidade para atividades de inspeção prisional e fomento da garantia de direitos de pessoas privadas de liberdade, egressas e cumpridores de medidas alternativas, assim como de órgãos de prevenção e combate à tortura.

**§ 6º** Os recursos oriundos do Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN serão destinados exclusivamente ao financiamento de programas previstos nos incisos I, II, III, IV do “caput” deste artigo, nos termos do artigo 3º-A, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 79/1994 e suas alterações.

**Art. 4º** Os recursos do Fundo Municipal para Políticas Penais poderão ser executados diretamente pelo município ou repassados mediante convênio.

**§ 1º** As entidades que sejam destinatárias dos recursos do Fundo Municipal para Políticas Penais deverão prestar contas de sua utilização, fornecendo subsídios que permitam ao Poder Executivo avaliar o andamento e conclusão do programa ou projeto desenvolvido em conformidade com o instrumento de pactuação, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações.

**§ 2º** A prestação de contas terá o objetivo de avaliar o cumprimento do objeto a partir de verificação do cumprimento das metas pactuadas.

**§ 3º** O relatório de execução do objeto deverá conter as descrições das atividades desenvolvidas na consecução do projeto, com comparativos das metas propostas e dos resultados alcançados.

**§ 4º** Quando a entidade destinatária dos recursos não comprovar o alcance das metas ou quando houver evidência de existência de ato irregular, o Poder Executivo exigirá a apresentação de relatório de execução financeira, com as devidas descrições das despesas e receitas, envolvendo a comprovação das relações entre as movimentações dos recursos e os pagamentos das despesas realizadas, assim como a demonstração da coerência entre as receitas previstas e as despesas geradas.

**§ 5º** Os recursos do Fundo Municipal para Políticas Penais poderão ser destinados a despesas tanto de investimento como de custeio.

**Art. 5º** Fica instituído o Conselho Gestor do Fundo Municipal para Políticas Penais, que será composto pelos seguintes membros:

I - Prefeito, podendo indicar 1 (um) representante da Prefeitura Municipal;





**II - 1 (um)** representante de gestão de políticas municipais relacionadas aos programas desenvolvidos com recursos do Fundo Municipal para Políticas Penais, sendo da Secretaria de Assistência Social;

**III - 1 (um)** representante da Secretaria de Saúde;

**IV - 2 (dois)** representantes das Forças Policiais;

**V - 1 (um)** representante da Defensoria Pública Estadual;

**VI - 1 (um)** representante de organização da sociedade civil, tais como entidades de pessoas egressas, familiares de pessoas presas e egressas, de promoção da igualdade racial, defesa dos direitos das mulheres, organizações de direitos humanos, movimentos sociais, conselhos profissionais, entidades representativas de trabalhadores, de estudantes ou de empresários e outras, cuja atuação esteja relacionada à temática;

**VII - 1 (um)** representante local do Conselho de Direitos Humanos, Comitê de Prevenção e Combate à Tortura, ou outro Conselho de Direitos relacionado à temática;

**VIII - 1 (um)** representante de instituições de ensino e pesquisa, dentre professores e profissionais da área de Saúde, Ciências Sociais e Humanas, Gestão de Políticas Públicas, Direito Penal, Criminologia e outras ciências correlatas, ou especialista com notório saber na temática de políticas penais e direitos humanos.

**Art. 6º** O Conselho Gestor a que se refere o artigo 5º desta Lei, de caráter deliberativo, é o órgão responsável pela gestão do Fundo Municipal para Políticas Penais, cabendo-lhe, dentre outras atribuições a serem previstas em regulamento:

**I -** Estabelecer linhas de políticas prioritárias no município, deliberar sobre editais de chamamento público, critérios de análise de projetos e sistemas de controle, acompanhamento e avaliação das aplicações efetuadas e da correta aplicação realizada à conta dos recursos do Fundo Municipal para Políticas Penais;

**II -** Elaborar relatório anual de gestão, incluindo, quando houver estabelecimento prisional no município, dados sobre a quantidade de presos, com classificação por sexo, etnia, faixa etária, escolaridade, atividade de trabalho, regime e duração da prisão entre outros que forem definidos em regulamentos federais e estaduais vinculados à administração penitenciária, com a anonimização de dados que venham a ser de acesso público, observada a legislação de proteção de dados pessoais;

**III -** Aprovar seu regimento interno.





**PREFEITURA DE  
CAMPO MOURÃO**  
CAMPO MOURÃO | CIDADE ESCOLA

**Art. 7º** O Poder Executivo deverá regulamentar esta Lei após a sua publicação.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PAÇO MUNICIPAL “10 DE OUTUBRO”**  
Campo Mourão, 16 de outubro de 2025

João Douglas Fabrício  
**Prefeito Municipal**

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 26/11/2025 10:21 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p2f9c60adad0e6>



**PREFEITURA DE CAMPO MOURÃO**  
**RUA BRASIL, 1487 - CENTRO**  
**CAMPO MOURÃO-PARANÁ**



**MENSAGEM JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº**

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores:

**Em atendimento à Indicação Legislativa nº 16/2025, de autoria do Vereador Devanildo Parma Bassi**, encaminho para apreciação de Vossas Senhorias o Projeto de Lei que “Institui o Fundo Municipal para Políticas Penais e o seu Conselho Gestor, no âmbito do Município de Campo Mourão, Estado do Paraná, e dá outras providências”.

A instituição do Fundo Municipal para Políticas Penais é essencial para promover uma gestão eficiente e transparente dos recursos destinados à área penal, assegurando que sejam aplicados em ações prioritárias no município e contribuindo para a efetividade das políticas penais.

Além dos benefícios mencionados, a criação do Fundo Municipal para Políticas Penais é fundamental para a captação e gestão de recursos provenientes de verbas federais, como aquelas disponibilizadas pelo Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN. A existência de um Fundo específico no âmbito municipal facilita a alocação e a transparência no uso desses recursos, permitindo que sejam direcionados diretamente para ações prioritárias no município. Essa estruturação é crucial para garantir que os recursos federais sejam efetivamente utilizados em programas e projetos que atendam às necessidades locais.

A criação do Fundo também representa um comprometimento do município com a gestão eficiente dos recursos públicos e com a implementação de políticas penais eficazes. A existência de um mecanismo financeiro dedicado a essas políticas demonstra a responsabilidade do município em garantir a reintegração social de pessoas presas, internadas e egressas, bem como o controle e participação social no sistema de justiça criminal. Além disso, a estruturação do Fundo Municipal para Políticas Penais pode fortalecer a relação com outras esferas governamentais, possibilitando parcerias e convênios adicionais que potencializem os recursos disponíveis e ampliem o alcance das ações implementadas.

O Fundo será utilizado também em benefício da segurança pública, permitindo que os recursos sejam direcionados para políticas e programas que visem a prevenção de crimes e a promoção da segurança no município.







# PREFEITURA DE CAMPO MOURÃO

CAMPO MOURÃO | CIDADE ESCOLA

Em suma, a criação do Fundo Municipal para Políticas Penais é uma medida essencial para garantir a captação e gestão eficiente de recursos destinados às políticas penais no município.

Por conseguinte, a criação de seu Conselho Gestor assegura a correta aplicação e fiscalização os recursos.

Ademais, a Secretaria Nacional de Políticas Penais do Ministério da Justiça e Segurança Pública expediu Ofício a todos os Secretários Estaduais de Administração Penitenciária ou Congêneres, informando que está sendo preparado o Edital para adesão de entes municipais à política de repasse “fundo a fundo” de recursos do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, no âmbito das ações do Plano Pena Justa.

Segundo o referido Órgão Federal, o objetivo da medida é apoiar programas de reinserção de presos, internados e egressos, bem como projetos de alternativas penais, fortalecendo a política penitenciária nacional.

Neste contexto, faz-se necessário que os entes municipais tenham devidamente instituídos seus Fundos Municipais para Políticas Penais para, então, aderirem ao mencionado Edital que contemplará os repasses “fundo a fundo” de recursos do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN.

Ante o exposto, encaminho o presente Projeto de Lei a essa Egrégia Casa Legislativa para deliberação e aprovação **em regime de urgência**.

Na oportunidade, renovo aos Nobres Edis os meus votos de profundo respeito e admiração.

**PAÇO MUNICIPAL “10 DE OUTUBRO”**  
Campo Mourão, 26 de novembro de 2025.



Assinado eletronicamente por:

**JOÃO DOUGLAS FABRÍCIO**

26/11/2025 10:21:24

João Douglas Fabrício  
**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA DE CAMPO MOURÃO**  
**RUA BRASIL, 1487 - CENTRO**  
**CAMPO MOURÃO-PARANÁ**

